O PODER DO CONHECIMENTO E DA REPRESENTATIVIDADE: UM JOGO CONTRA A INVISIBILIDADE

Andreza Medeiros Rodrigues[1]
Natália Ferreira de Figueiredo Mendes[2]

RESUMO: Este trabalho objetiva trazer o debate de gênero para repensar a invisibilidade das vozes femininas e feministas do cenário Político Institucional Brasileiro presentes nos livros didáticos de Ensino de História das turmas de 9ºs anos do Ensino fundamental. Limitar, calar, silenciar os fatos e feitos das tantas mulheres que disputaram, disputam e muitas ainda ocupam espaços de poder que foram historicamente e hegemonicamente destinados aos homens devido ao patriarcalismo, machismo estrutural e ao sexismo ainda fortemente presente na nossa sociedade atual, considera-se um ato de violência direta impedir a atuação de mulheres que representem, façam por outras mulheres. Neste cenário, propomos um debate crítico sobre o tema, e o uso de novas tecnologias digitais, uma revista e um quizz interativo construídos, respectivamente, via plataformas digitais: *Flipsnack e Quizziz*, onde possibilitemos a valorização da história e da memória de mulheres que atuaram na Lobby do Batom durante a Constituinte de 1988, posto que este foi um momento da nossa história em que houve um aumento significativo de mulheres que passaram a atuar na política brasileira, com pautas inclusive feministas, tais como direito ao voto, educação, condições dignas de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Política. História.

A INVISIBILIDADE FEMININA EM DEBATE: DAS TEORIAS À SALA DE AULA

A invisibilidade é uma forma de agredir, pois é negada ao ser uma história de luta, resistência, enfrentamento, diante de uma existência cultural, social e, sobretudo política. A história das mulheres na política brasileira é abrangente, perpassando momentos tais como a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910, a organização em 1922 da F.B.P.F (Federação Brasileira para o Progresso Feminino) que lutava entre outras coisas por direitos políticos para as mulheres, o direito ao voto das mulheres sendo incorporado à Constituição Brasileira em 1934, participação no

[1] Mestranda Profhistória UPE – Campus Mata Norte. E-mail: andrezamrs85@gmail.com
[2] Mestranda Profhistória UPE – Campus Mata Norte. E-mail: nat.mendes230884@gmail.com

Movimento Nacional contra Carestia em 1968, Movimento Feminino pela Anistia, Constituinte de 88, em 1994 pela primeira vez uma mulher sendo eleita governadora de um estado brasileiro, em 2010 pela primeira vez uma mulher ocupando o mais alto cargo de poder brasileiro, à presidência da República. Então a mulher então foi batalhando pelo seu espaço na sociedade, pelo seu espaço nos mais diversos e atuais ambientes políticos institucionais. Frente a estes cenários de lutas, é fundamental que se traga o debate de gênero para podermos pensar sobre o condicionamento feminino, em termos de desigualdade em relação aos homens, no cenário político institucional brasileiro, posto que segundo Scott: "(...) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado." (SCOTT, 1995, p.88).

Trazer o debate de gênero é fundamental para compreendermos as dicotomias presentes entre homens e mulheres, não apenas no que se refere ao cotidiano dentro da nossa sociedade, mas também na compreensão da forma de como nas mais diversas esferas e áreas de poder, a presença feminina se faz de maneira desigual. Trazer esse debate, compreendendo que a política está presente nos variados aspectos do nosso cotidiano no que se refere a direitos básicos como liberdade de ir e vir, proteção frente a uma situação de violência, igualdade dentro de ambientes culturais, é fundamental, ainda mais quando tudo isso traz para um ambiente escolar, educacional.

Há hoje uma significativa exclusão da trajetória feminina presente nos livros didáticos de ensino de história, fruto justamente das desigualdades nas relações de poder historicamente construídas na sociedade brasileira. Marcos Antônio Silva e Selva Guimarães Fonseca, sobre os livros de história, afirmam que:

> Em sala de aula, eles precisam ser ampliados, complementados, criticados, revistos. O professor deve ter uma relação crítica, nunca de submissão ao livro de História, que, como todo texto, toda fonte, merece ser questionado, problematizado, e amplamente explorado com os alunos"(SILVA E FONSECA, 2010, p.29).

Observemos que o professor de história deve ter uma relação crítica para com o livro didático, mas lembremos de que muitas vezes nas escolas, ele acaba por ser o único material de pesquisa de muitos educandos. E desta forma, quando não se contempla uma demanda de temáticas significativas, acaba por ser negada a informação, a história da própria sociedade a qual se insere todo e qualquer ser político, e sobremaneira se nega a criticidade frente a uma realidade por vezes determinada. Os próprios alunos chegam a perceber ausências da história de quem os representa, no caso das meninas, chegam a questionar, por exemplo, se de fato, há apenas homens que governaram o Brasil, e onde estavam as mulheres no contexto da República Brasileira.

Ainda sobre a questão da discussão relacionada ao livro didático, nos apoiamos nas considerações de Circe Maria Fernandes Bittencourt, que ressalta:

> As funções atuais do livro didático são: avaliar a aquisição de saberes, e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos. (BITTENCOURT, 2008, p.307).

O fato é que o livro didático tem a sua importância, e que ele vai refletir nas vivências dos alunos, em termos de pesquisa e também em termos de formação. Se este livro omite sobremaneira a história da mulher, sobretudo no cenário político institucional, ele limita que muitos de nossos educandos e educandas se compreendam como seres de ação e modificadores da própria realidade. Ainda sim, Marcos Antônio Silva e Selva Guimarães Fonseca trazem uma colocação que não deve ser tida como menos importante, posto que o livro deva ser considerado, pensando que: “Resta enfatizar que nem tudo é livro didático, que o ensino se dá por múltiplos caminhos e que a produção de materiais didáticos, de forma descentralizada e vinculada a realidades específicas de aprendizagem, deve ser apoiada e valorizada. ” (SILVA E FONSECA, 2010, p.27).

A citação destacada acima, nos faz pensar sobre outras questões, a atuação do docente de História e a sua relação com os conteúdos e com a disciplina escolar, e assim trazemos novamente Bittencourt, que ressalta:

> Por intermédio da concepção de disciplina escolar podemos identificar o papel do professor em sua elaboração e prática efetiva. Cabe então indagar sobre a ação e o poder dele nesse processo, uma vez que há vários sujeitos na constituição da disciplina escolar: desde o Estado e suas e suas determinações curriculares até os intelectuais universitários e técnicos educacionais, passando pela comunidade escolar composta de diretores, inspetores e supervisores escolares e pelos pais de alunos que, muitas vezes, se rebelam contra determinados conteúdos e métodos dos professores, fazendo-os recuar em suas propostas inovadoras. (BITTENCOURT, 2008, p.50).

A reflexão diante da colocação acima de Circe nos faz remontar que o que é dado dentro das aulas de História, não é unicamente fruto da decisão basilar do professor, mas que recebe uma diversificada influência de decisões que transpassam o dia-a-dia escolar, traduzindo em políticas educacionais de determinados governos.

Como no caso das questões de gênero (debate significativo que abordamos neste trabalho), assim sinaliza Remí Klein em "Questões de Gênero e Sexualidade nos Planos de Educação": "(...) o então Ministro da Educação admite a interferência da Câmara dos Deputados na exclusão explícita das questões de gênero e orientação sexual no texto do novo PNE (...)". (KLEIN, 2010. p. 152).

Outro ponto que também elencamos e refletimos a partir da colocação de Circe, observada aqui anteriormente, é a importância de se trazer para a disciplina de História outros tantos debates, no caso deste presente trabalho, enfatizamos com Zarbato, que:

> A participação feminina na história, suas vivências, trajetórias, as modificações nos padrões de comportamento, a sexualidade, o respeito às diferenças são alguns dos elementos que podem ser articulados nas aulas de história, num campo de delimitação pela igualdade dos gêneros. Compreender que as mulheres tiveram

> presença em diferentes espaços e tempos históricos, pode contribuir para visão de mundo dos alunos/as. (ZARBATO, 2015, p.62).

Segundo o site do TSE[3], aqui no Brasil, nas eleições de 2020, as mulheres representaram apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno, e apesar de representarem mais de 51,8% da população e mais de 52% do eleitorado brasileiro, elas ainda são minoria na política[1], e sim precisamos falar sobre isso. Mas também, destacar segundo Daniela Leandro Rezende (2017):

> Finalmente, é importante destacar que permanece o desafio de eleger mais mulheres, mas não se pode esquecer que esse se articula à necessidade de garantir que às mulheres já eleitas sejam assegurados recursos políticos que potencializem mudanças em direção à maior representação de mulheres, garantindo sua presença em todas as instâncias da política institucional. (REZENDE, 2017, p.1214).

Temos o dever elencar que concomitantemente a ter mulheres que ocupem os espaços, é preciso dispor de mecanismos que consolidem essas mulheres em todas as instâncias do ambiente político. Sabemos que existe mais recentemente uma lei de cotas para que haja mais mulheres na política, e que parte do fundo partidário vá para a candidatura das mesmas, porém entendemos também que ainda sim, tais medidas são insuficientes para acabar definitivamente com a tamanha distinção.

Sinalizamos que é importante desde muito cedo, questionar as desigualdades que são constantemente normalizadas e intermitentemente traduzidas como comuns, inclusive nos ambientes políticos e de decisões. O diálogo deve ser incessante e a luta pela igualdade deve ser uma constante, desta forma trazemos à importância de se questionar a invisibilidade da atuação feminina na Política Brasileira Institucional presentes nos conteúdos de ensino de história dos 9º anos do Ensino Fundamental, tendo em vista que não discorrer sobre o assunto acarreta a manutenção de estruturas que incentivam práticas machistas e sexistas, impedindo que desde cedo as

[3] Dados disponíveis no site do TSE: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>, consulta realizada em 24 de novembro de 2020.

educandas questionem seus lugares dentro da sociedade e compreendam o que podem fazer por si e por outras mulheres.

Considerando a necessidade de falar sobre mulheres desde muito cedo para dissolver estruturas e falarmos de uma história feminina, apresentamos também neste trabalho como proposta, falar da Bancada do Batom na Constituinte de 88. Explanaremos alguns fatos sobre ela, e logo mais a frente a colocaremos como tema de novos artifícios para alternativas diferenciadas de trabalhos em sala de aula.

A chamada Bancada do Batom foi um momento da nossa história em que existiu um importante aumento feminino no Parlamento, e não apenas foi expressivo por ter mais mulheres, mas também por ter trazido ideias femininas e também feministas que foram colocadas em prática a posteriori. De acordo com a matéria "Lobby do Batom: marco histórico no combate a discriminações", do site de notícias da Agência Senado, atualizado em 07/03/2018, atesta-se que:

> (...) 80% das reivindicações foram aprovadas. As mulheres conquistaram, na Constituinte de 1988, a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da reprodução. (Fonte: Agência Senado) [4]

Vale lembrar que a bancada trouxe várias propostas, mas que se referiram não tão somente ao cenário político institucional como lembrado na alusão acima, mas tratou de temas e, questões sociais e econômicas trouxeram inclusive, por exemplo, metas de combate à violência contra mulher, que ainda hoje é um grave e recorrente problema social.

Diante das proposições acima, da história feminina na política brasileira, e que é silenciada nos materiais oficiais de ensino frisaremos e continuaremos discussões sobre o Lobby do Batom (Bancada Feminina da Constituinte de 88). De acordo com

[4] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>, acesso em 24 de novembro de 2020.

Leila Machado Coelho e Marisa Baptista, no artigo "A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público":

> A Assembleia Nacional Constituinte, instalada na legislatura 1986-90, era composta por 26(vinte e seis) deputadas federais, apenas 5,7% do total, sendo que a maioria das eleitas não tinha inserção no movimento feminista. Ainda assim, formaram a bancada feminina, ou "bancada do batom", apresentando 30 emendas com reinvindicações dos movimentos feministas, além de outras de origem popular. (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 94)

Segundo a autora acima, a bancada feminina de 88, não era em sua totalidade feminista, apesar de ter trazido importantes ideias do movimento em suas reivindicações e muitas delas terem sido contempladas na Constituição Brasileira de 1988, tais como conquistas de direitos fundamentais a exemplo do voto, da educação, condições dignas de trabalho. Coelho e Baptista falam também que o Lobby representou a conquista da cidadania feminina, do ponto de vista legal no Brasil. É destacada então a importância das lutas feministas dentro do cenário da política brasileira, inclusive no que se refere a direitos garantidos até os presentes dias. O Feminismo, como uma luta pela equidade de direitos políticos, civis, jurídicos entre homens e mulheres dentro da sociedade, se volta contra uma estrutura machista, patriarcal e sexista, sendo assim, é coerente trazermos também este debate dentro da conjuntura da abordagem deste conteúdo e proposta, já que estamos considerando também, práticas de omissão e consequentemente negação do direito a história, e de esta ser lembrada, contada, somada a tantas outras lutas.

Ainda sobre a Lobby do Batom, o que se observa é que muitas das mulheres presentes na bancada de alguma forma ainda atuam seja no cenário da Política Institucional atuando também com propostas de projetos de mulheres para mulheres, ou atuando de outras formas dentro da sociedade brasileira, porém não deixando de lado as causas ou bandeiras femininas e/ou também feministas. Uma das representantes femininas na Lobby do Batom, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) foi constituinte como senadora e destaca que o momento foi importante para marcar a presença da

mulher dentro de um Congresso essencialmente masculino no início do processo de redemocratização do país, ainda a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que na época da constituinte era deputada, destacou que, passadas três décadas, ainda há muito a ser feito para a conquista dos direitos das mulheres. "Se nós tivermos que dizer o que foi importante na Assembleia Nacional Constituinte foi a mulher se fazer presente, ser ouvida, mostrar as facetas da crueldade que vai desde a violência até direito nenhum"[5].

Como observado na matéria acima que relembra a Bancada do Batom, este momento da história feminina da Política Institucional acaba por ser considerado como de grande valor, tendo relação significativa com grandes processos que vivemos hoje, e isso se compreende ainda pela própria posição que ambas, a deputada federal Benedita e a senadora Rose de Freitas, atuam ainda efetivamente no Congresso Nacional, posições de poder que em vários momentos da nossa história foram negados às mulheres e ocupados por homens, que inclusive decidiam por mulheres. Claro, que pautas simples e necessárias às necessidades femininas jamais teriam sido contempladas da mesma forma e compreendidas na pele pelas mesmas necessidades. Entre as caras multifacetárias do país está a de ser mulher, feminina, feminista, mulher digna de direitos que devem ser garantidos pelo amparo legal, mas são preteridos, minimizados, negligenciados ou negados por uma sociedade de representatividade machista e que trata de forma desigual e excludente a mulher. A Lobby do Batom representou um largo passo em termos de garantia de direitos, mas outros virão.

O debate acerca do acesso a oportunidades seja, nos meios educacionais, econômicos, sociais, jurídicos, culturais, também diz respeito ao debate de gênero. O debate sobre a quantidade de mulheres nos espaços políticos institucionais, que são espaços de poder também. Falar sobre mulher e política no ensino regular não quer dizer que necessariamente todas as meninas ao crescer vão inserir-se neste meio político, porém significa cortar a invisibilidade pela raiz, a não existência da mulher na

[5] Trecho do parágrafo extraído e adaptado da matéria: "Deputadas e senadoras lembram dificuldades encontradas na época da Assembleia Constituinte", de 07/03/2018 (Fonte: Agência Câmara de Notícias, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/533338-deputadas-e-senadoras-lembram-dificuldades-encontradas-na-epoca-da-assembleia-constituinte/>, acesso em 24 de novembro de 2020.

política ser talhada desde muito cedo. Seria as crianças compreenderem a igualdade dos sujeitos sociais, e que terão oportunidades que não se basearão em questões de gênero. Ainda, haveria a compreensão da quantidade de transformações que uma mulher pode trazer na vida de outras mulheres, ao ocupar os mais diversos espaços.

Tendo sido compreendido um pouco do referido conteúdo acima, trazemos propostas de alternativas para se trabalhar tais temas em sala de aula, ainda mais no que se concentra a esse período de aulas remotas que estamos vivenciando no período de pandemia do coronavírus, fase delicada em que devemos ser criativos para atrair cada vez mais a atenção dos alunos, seja notadamente na consideração dos conteúdos do cronograma proposto, seja nas atividades que são vivenciadas cotidianamente.

Propomos a edificação de um *quizz* interativo sobre a temática sugerida, que é a utilização da memória biográfica da atuação feminina na política brasileira durante o período da Bancada do Batom, e para tal utilizamos o método de pesquisa qualitativo, procurando compreender a visão dos alunos e alunas das séries finais do ensino fundamental sobre o assunto, e ainda investigando suas percepções quanto ao uso de plataformas on-line para promover esse estudo considerando uso das tecnologias digitais na educação, a exemplo da revista online informativa, elaborada via *Flipsnack* e do *quizz* interativo virtual, concretizado através da plataforma *Quizziz*.

Identificamos a latente carência de informações sobre a temática, tanto em escolas privadas como públicas, e o pouco uso de ferramentas tecnológicas para a promoção desses estudos. Constatamos que o tema é pouco tratado ou quase sempre invisibilizado no cotidiano da sala de aula, como os próprios alunos e alunas geralmente alegam e que a viabilidade do uso de ferramentas digitais traria mais atratividade e interação ao estudo sobre a mulher na política brasileira.

Esta coleta de dados, tendo em vista a percepção do discente, foi essencial, e nos possibilitou analisar o cenário atual do conhecimento escolar sobre a atuação feminina na política, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estratégias que venham a suprir a necessidade apontada durante o nosso estudo.

Catalogamos as fontes para construir o esboço desse projeto, que foram essencialmente as bibliográficas, e nos utilizamos do teste de ferramentas interativas da internet para construção do *quizz*, encontrando várias, como por exemplo, o *"Survey Monkey"*, o "*Buzzfeed"*, o*"Quizur",* e o *Quizziz*, optando pela plataforma *"Quizziz",* que nos proporcionou o acesso a recursos mais sofisticados e gratuitos, de fácil utilização, que nos permitiu organizar o jogo de perguntas e respostas, inserindo imagens, textos, opções de respostas e feedbacks quanto ao desempenho dos(as) alunos(as).

Para que haja a aplicação do quizz, é importante que antes ocorra uma contextualização histórica da participação das mulheres na política brasileira, e como material de apoio, produzimos uma revista virtual através do *"Flipsnakc"*, para que o conhecimento aconteça de forma mais atrativa e não se baseie unicamente no tradicionalismo do livro didático ou na pesquisa aleatória. Este é o link de nossa revista: *https://www.flipsnack.com/andrezacatalogueprofile/mulheres-na-pol-tica-brasileira-o-lobby-do-batom.html*

Pensando na produção dessa revista, selecionamos quatro mulheres importantes na atuação política no Brasil durante a Lobby do Batom e abordamos suas histórias de maneira lúdica e interativa.

A metodologia em pauta, apresenta-se como uma eficiente estratégia pedagógica em contraposição à aula tradicional, fazendo com que os alunos e alunas assimilem de forma dinâmica o conteúdo a ser abordado, vivenciando de modo interdisciplinar (História, Arte e Língua Portuguesa) o lúdico, o criativo e os conhecimentos alicerçados ao longo da História.

Os (as) alunos (as), passam a ser protagonistas deste projeto também, tendo em vista a proposição de suas diretas colaborações nas pesquisas, e confecção de alguns pontos da revista, enquanto redatores e coletores de imagens para a mesma, mostrando que a sala de aula invertida e o trabalho colaborativo produz em sua essência um real contato com o processo de ensino-aprendizagem de forma mais marcante, ativa e significativa.

Concluindo nossa aplicabilidade pedagógica em relação ao tema já teoricamente abordado, após a construção da revista, vem então o micro teste dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa e discussão por meio da sala de aula virtual, com a efetivação do *quizz*, sendo este o produzido por nós, através da plataforma *Quizziz:*

https://quizizz.com/join/quiz/5fa3503a4af172001beeab36/start?studentShare=true.

Portanto, nosso trabalho visa colaborar com alternativas aplicáveis à sala de aula, para que discussões em relação a participação feminina no cenário político nacional estejam cada vez mais presentes em nossa realidade, fazendo com que possamos plantar sementes no hoje, para que no amanhã os protagonismos femininos nessa área floresçam cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, Karla. **Deputadas e senadoras lembram dificuldades encontradas na época da Assembleia Constituinte.** Matéria da Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/533338-deputadas-e-senadoras-lembram-dificuldades-encontradas-na-epoca-da-assembleia-constituinte/>, acesso em 24 de novembro de 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos** / Circe Maria. Fernandes Bittencourt. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **PSICOLOGIA POLÍTICA**. VOL. 9. Nº. 17 . pp. 85-99. Jan.-jun., 2009.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marco Antônio; Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 – 2010. Revista. Uberlândia, v.25, p. 1016-1035.

KLEIN, Remí. Questões de Gênero e Sexualidade nos Planos de Educação. **Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião** v.1. n. 2, p. 145-156. Ago./dez. 2015. 2010.

MONTEIRO, Ester. Matéria da Agência Senado, de 07/03/2018: **Lobby do Batom: marco histórico no combate às discriminações.** Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 24 nov. 2020.

RESENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2017, vol.25, n.3, pp.1199-1218. ISSN 1806-9584.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul. /dez., 1995. Pp.71-99.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Matéria: **Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **As estratégias do uso do Gênero no ensino de História*:* narrativa histórica e formação de professoras**. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.p.49-65. p. 49.